



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



**Protocolo nº 3197/2014**

**Ao Pregoeiro do Município.**

Quanto ao item 01 da impugnação apresentada, razão não assiste a impugnante, posto que, caso necessário, o contrato pode ser enviado via Sedex 10 para colheita das assinaturas pelos procuradores da empresa.

Quanto aos demais itens, ratifico a manifestação da Secretária de Educação às folhas 95.

Acrescento apenas que a licitação, embora seja um procedimento administrativo vinculado, pode exigir um prazo de execução dos serviços que melhor atenda aos interesses da contratante, exercendo sua discricionariedade, conforme as suas necessidades. Nesse sentido, cito as lições do sempre atual Hely Lopes Meirelles:

*“A finalidade precípua da licitação será sempre a obtenção de seu objeto – uma obra, um serviço, uma compra, uma alienação, uma locação, uma concessão ou uma permissão – **nas melhores condições para o Poder Público.**” (Licitação e contrato administrativo. 15ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 175 e 176).*

E no caso em tela, como bem observado pela Secretária de Educação às folhas 95, a necessidade do serviço não permite que o prazo para sua execução seja superior a 30 dias.

Diante do exposto, **OPINO** pelo **INDEFERIMENTO** da impugnação, pelas razões acima ventiladas.

Pirassununga, 04 de setembro de 2014.

**Luis Guilherme Panone**  
**Procurador Geral do Município**